



Prefeitura Municipal de Marabá
Procuradoria-Geral Do Município
Procuradores Municipais

PARECER Nº: **456/2026/PROGEM-PM/PROGEM-PMM**

PROCESSO Nº: **050505212.000175/2026-57**

INTERESSADO: **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA-SEAGRI**

ASSUNTO: PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MARABÁ - SEAGRI

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PREGÃO ELETRÔNICO. AQUISIÇÃO DE BENS COMUNS. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: LEI Nº 14.133, DE 2021, DECRETO Nº 383, DE 2023, DECRETO Nº 405, DE 2023. ANÁLISE JURÍDICA DO PROCEDIMENTO E DAS MINUTAS. RECOMENDAÇÕES. POSSIBILIDADE LEGAL. OPINIÃO FAVORÁVEL.

1. DO RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela **Secretaria Municipal de Agricultura, por meio de sua ordenadora de despesa a Secretaria Municipal de Administração**, com a finalidade de analisar o procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico (SRP)**, sob o tipo **Menor Preço por Lote**, para o **registro de preços para eventual aquisição de peças para manutenção da frota de máquinas da Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá - SEAGRI**.

2. O processo foi instruído com diversos documentos, tais como: Projeto Básico (1612574); Documento de Formalização de Demanda - DFD (1613538); QDD - Quadro Detalhado de Despesas - Saldo das Dotações Orçamentárias (1613528); Termo de Encaminhamento (1613532); Autorização da Autoridade Competente Imediata (1613536); Portaria Marcone Walvenarque (1630205); Autorização para instrução do processo de contratação (1613570); Documento Lei 17.761 (1613589); Documento Lei 17.767 (1613596); Portaria Norberto Ferreira (1613603); Portaria Marcone Walvenarque (1905908); Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação (1613615); Certidão - Princípio da Segregação das Funções (1613934); Despacho Designação Gestor Contrato (1613945); Termo de Compromisso e Responsabilidade do Gestor do Contrato (1613951); Despacho Designação Fiscal Contrato (1613961); Termo de Compromisso e Responsabilidade dos Fiscais de Contrato (1716339); Termo de Encaminhamento (1672082); Análise de Riscos (1614104); Estudo Técnico Preliminar da Contratação (1614600); Ofício 154 Solicitação de Orçamento (1617609); Relatório da Pesquisa de Preços (1802314); Pesquisa de Preços - Doc Externo E-MAIL - SOLIC. COTAÇÃO (1614850); Planilha de Orçamento Planilha Média (assinada) (1802858); Planilha de Orçamento Planilha média - excel (1804898); Cotação FORNECEDORES (1615725); Cotação BANCO DE PREÇOS - LOTES 1 AO 4 (1614835); Cotação BANCO DE PREÇOS - LOTES 5 AO 27 (1614841); Contratações Anteriores CONTRATAÇÕES ANTERIORES (1614824); Solicitação de Despesa - ASPEC (1616410); Termo de Referência - Compras - SRP (1800755); Anexo Planilha de Quantitativos - TR (1861570); Justificativa - Dispensa Divulgação IRP (1781222); Ofício - Solicitação de Parecer

Orçamentário 15 (1781738); Parecer Orçamentário 646 (1786668); Declaração de Adequação Orçamentária (1788200); Autorização Abertura de Procedimento Licitatório - SRP (1788308); Ofício - Solicitação de Abertura de Processo Licitatório 5 (1788682); Portaria (1840591); Minuta de Edital (1793588); Ofício 74 análise preliminar CONGEM (1838046); Parecer nº 496/2026-DIVAN/CONGEM - PRELIMINAR (Fase interna) (1899541); Termo de Encaminhamento (1899984); Relatório da Pesquisa de Preços (1901256); Planilha de Orçamento Planilha final - Valor médio e valor total (1809480); Termo de Referência - Compras - SRP (1903713); Minuta de Edital (1910898); Atendimento as Recomendações (1911431) e Ofício 87 Solicitação de análise e parecer jurídico (1911511).

2. DA ANÁLISE PRELIMINAR PELA CONGEM

3. Consta dos autos o Parecer nº 496/2026-DIVAN/CONGEM (1899541), onde a Controladoria Geral do Município de Marabá efetua a análise técnica inicial do feito, verificando se os procedimentos de planejamento que precedem a realização do certame foram dotados de legitimidade, respeitando os princípios da Administração Pública, em conformidade com os preceitos da Lei nº 14.133, de 2021, bem como demais dispositivos pertinentes que instruem os autos em tela, concluindo que:

CONCLUSÃO

À vista dos apontamentos em epígrafe, RECOMENDAMOS:

a) Proceder com a retificação do Anexo II do edital, especificamente quanto ao valor total escoreito ao Lote 22, conforme exposto no subitem 2.2.

Salientamos que a responsabilidade pelos atos que sucedem à análise desta Controladoria fica a cargo da autoridade ordenadora de despesas, nos termos da Lei Municipal nº 17.761/2017 e alterações.

Ante ao exposto, NÃO VISLUMBRAMOS ÓBICE ao prosseguimento do Processo nº 050505212.000175/2026-57-PMM, na modalidade Pregão Eletrônico (SRP), devendo dar-se continuidade aos trâmites procedimentais pela Diretoria de Governança de Licitações e Contratos - DGLC, com vistas ao exame de legalidade pela Assessoria Jurídica da Fundação e, após aprovação, realização da fase externa do certame, procedendo com a publicação do edital, divulgação para apresentação de interessados, sessões e demais atos para seleção de melhor proposta que atenda o interesse público.

(...)

4. Observa-se que a Controladoria Geral do Município de Marabá teceu recomendação em seu parecer, oportunidade em que a secretaria atesta o cumprimento, através da **Justificativa em atendimento a recomendações (1911431)**.

3. DA ANÁLISE JURÍDICA

1. Da Finalidade e da Abrangência do Parecer Jurídico

5. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade solicitante no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

6. Como se pode observar do dispositivo legal supra, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica, financeira ou de conveniência e oportunidade.

7. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em

relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

8. De outro lado, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

9. Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

2. Da Obrigatoriedade da Licitação

10. A Constituição Federal, consoante princípios e normas estabelecidas pelo art. 37, caput, e inciso XXI, estabelece que obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo licitatório. Assim, depreende-se que no ordenamento jurídico pátrio a regra é a licitação, nos termos do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, vejamos:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, **as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

11. Nesse sentido, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas, com deferência aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

3. Da Escolha da Modalidade Pregão Eletrônico e Critério de Menor Preço

12. A Nova Lei de Licitações e Contratos, em seu art. 29, parágrafo único, estabelece que a modalidade Pregão deve ser obrigatoriamente utilizada para a contratação de bens e serviços comuns, ou a critério da autoridade competente, quando o objeto for de natureza especial, desde que, neste último caso, a técnica e a qualidade não exijam critérios de julgamento diversos do menor preço ou maior desconto. No presente caso, o objeto da contratação é claramente classificável como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade e requisitos de entrega estão objetivamente definidos e padronizados no Termo de Referência.

13. Dessa forma, a escolha pelo **Pregão** como modalidade licitatória não apenas se constitui na opção mais eficiente, mas também atende ao comando legal de obrigatoriedade conferido pela NLLC. O critério de julgamento de **Menor Preço** (art. 33, inciso I, da NLLC) é o mais adequado para a busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, dada a padronização do objeto e a suficiência das especificações técnicas para garantir a qualidade esperada. Isso assegura que a competição se concentre na variável preço, otimizando a aplicação dos recursos públicos em uma contratação de grande volume consolidado.

14. Adicionalmente, a opção pela **forma eletrônica** do Pregão (Pregão Eletrônico) é consonante com o princípio da publicidade (art. 5º da NLLC) e com a busca pela ampliação da competitividade, conforme preconiza o Decreto Municipal nº 383, de 2023, que regulamenta a NLLC no âmbito municipal.

4. Do Sistema de Registro de Preço

15. O Sistema de Registro de Preço (SRP) não consubstancia modalidade licitatória, trata-se

procedimento auxiliar, conceituado pelo art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nos seguintes termos:

Art. 6º (...)

XLV - sistema de registro de preços: conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos a prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras;

16. Nesse contexto, o SRP tem o propósito de registrar fornecedores e respectivos preços, mediante única licitação, sem demandar novos procedimentos de seleção.

17. A licitação utilizando o SRP, então, tem como fim precípua constituir um documento vinculativo, denominado "Ata de Registro de Preços (ARP), que tem o condão de atribuir obrigação de fornecimento ao particular detentor da ata (vencedor), de forma que ele poderá ser chamado a contratar com o órgão/entidade gerenciador, assim como com outros que a integraram (participantes) ou que aderiram à ARP posteriormente (não participantes/carona).

18. Sabe-se que um processo licitatório pode ser processado de forma ordinária, isso é, individualizada, sem utilização do SRP, visando a atender, em regra, uma necessidade administrativa própria do órgão/entidade licitante. Nesse caso, então, haverá uma única licitação, a partir da qual poderá se originar um único contrato.

19. A partir do Decreto Municipal nº 383, de 2023, foi autorizada a utilização do SRP em âmbito municipal, nos seguintes termos:

Art. 74. Em âmbito Municipal, é permitida a adoção do sistema de registro de preços para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, sendo vedada a adoção do sistema de registro de preços para contratação de obras de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação, desde que observado o disposto nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e neste Capítulo.

20. Posteriormente, o Município, através do Decreto Municipal nº 405, de 5 de outubro de 2023, regulamentou os art. 82 a art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Marabá, especificando as hipóteses de utilização do referido procedimento auxiliar, vejamos:

Art. 3º O SRP poderá ser adotado quando a Administração Municipal julgar pertinente, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32 deste Decreto;

V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Parágrafo único. O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e

II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

21. Nesse contexto, pode-se concluir que, constatada que uma contratação se amolda a uma das hipóteses de utilização do SRP, previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 405, de 2023, o planejamento da contratação necessitará avaliar a utilização ou não do registro e, seja qual for a opção, deverá expor os motivos subjacentes. Indicando, assim, qual seria a hipótese normativa e a justificativa da decisão de utilizar o SRP, ou não, naquela contratação.

22. **No presente procedimento licitatório, a Administração demonstrou o cabimento do**

Sistema de Registro de Preço na hipótese, apresentando no Estudo Técnico Preliminar (1614600) a Justificativa para sua utilização, nos seguintes termos:

(...)

Justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços:

() quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência

() quando for conveniente a compra de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

() quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração Pública e.

() quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pelas características do objeto a ser contratado, qual seja, a aquisição eventual de peças, componentes e acessórios para manutenção de veículos pesados e implementos agrícolas pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá – SEAGRI.

Trata-se de bens de reposição utilizados de forma frequente, porém com demanda variável e imprevisível, decorrente do desgaste natural e da intensidade de uso da frota. Considerando que essas necessidades surgem ao longo do exercício, sem possibilidade de quantificação precisa antecipada, a contratação por SRP permite que a Administração Pública:

Atenda com agilidade e eficiência às ocorrências de manutenção;

Evite a formação de estoques, que poderiam gerar custos desnecessários e riscos de obsolescência;

Assegure maior transparência e economicidade, por meio de processo competitivo prévio, com registro dos fornecedores e condições estabelecidas em ata;

Mantenha a continuidade dos serviços essenciais prestados à população rural, evitando paralisações por indisponibilidade de peças.

(...)

23. Recorda-se, ainda que o para fins de registro de preço, deve ser realizada o procedimento público de intenção de registro de preços para possibilitar a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total, nos termos do art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021, vejamos:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

24. O parágrafo 1º do artigo 86, da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe:

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

25. Ainda registra no artigo 76, §1º do Decreto 383, de 2023:

Art. 76. Nos casos de licitação para registro de preços, o órgão ou entidade promotora da licitação deverá, na fase de planejamento da contratação, divulgar aviso de Intenção de Registro de Preços - IRP, concedendo o prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis para que outros órgãos ou entidades registrem eventual interesse em participar do processo licitatório.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo poderá ser dispensado mediante justificativa.

26. **Nesse sentido, a SEAGRI junta aos autos a Justificativa para Dispensa de Divulgação da Intenção de Registro de Preços (1781222), oportunidade em declara:**

(...)

A dispensa da divulgação do aviso de IRP se justifica pelos seguintes motivos:

Inviabilidade de Divulgação: Conforme o parágrafo 1º do artigo 76, a dispensa pode ocorrer nos casos de inviabilidade de divulgação de forma justificada. Neste caso específico, a inviabilidade decorre do fato de que a contratação pretendida destina-se ao atendimento de demanda exclusiva da Secretaria Municipal de Agricultura – SEAGRI, relacionada diretamente às suas atribuições institucionais, não havendo perspectiva de participação de outros órgãos.

Único Contratante: Além disso, conforme previsão legal acima, é possível a dispensa quando o órgão ou a entidade gerenciadora for o único contratante na ata de registro de preços.

(...)

5. Do Planejamento da Contratação

27. A Lei nº 14.133, de 2021, estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 da referida lei e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no caput do art. 18.

28. O artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento, conforme abaixo transcrito:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

29. Referido dispositivo é complementado por seu parágrafo primeiro, que dispõe sobre os elementos do Estudo Técnico Preliminar. De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição da Administração.

30. Neste sentido, ressalte-se que a identificação da necessidade administrativa deve considerar também o desenvolvimento nacional sustentável, que é princípio e objetivo das licitações (artigo 5º e artigo 11, IV, da Lei nº 14.133, de 2021), conforme detalhamentos abaixo. Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender referida necessidade, que inclusive podem se diferenciar do pedido inicial. Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos. Em linhas gerais, a instrução do processo licitatório deve revelar esse encadeamento lógico.

31. Alguns dos elementos serão abaixo examinados.

5.1. Da Natureza Comum do Objeto

32. Compete à administração declarar que o objeto a ser licitado é de natureza comum, haja vista que a licitação por pregão somente é obrigatória para *aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto*, conforme consta do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133, de 2021.

33. A definição de bens e serviços comuns pode ser extraída diretamente da Lei nº 14.133, de 2021, que apresenta tal conceito nos seguintes termos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

(...)

34. Compete ao agente ou setor técnico da administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.

35. O objeto licitado é classificado pela autoridade competente como comum, pois se trata de itens cujas especificações podem ser objetivamente definidas, independentemente da marca, e amplamente comercializados no mercado. Desta forma, a seleção do fornecedor deve utilizar a modalidade Pregão, conforme determina o artigo 28, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

36. A opção pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), formalizada pelo Decreto Municipal nº 405, de 2023, é perfeitamente adequada para este caso em razão da natureza da demanda, que se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 82, inciso IV, da NLLC, que permite o SRP para a "aquisição de bens ou a contratação de serviços que, por sua natureza, for de difícil estimativa, cuja contratação deva ser feita dentro do prazo de validade do registro de preços".

37. **No caso concreto, a Administração no DFD (1613538) e no Termo de Referência (1903713) declarou expressamente a natureza comum do objeto da licitação.**

5.2. Da Indicação de Marca ou Produto

38. O art. 41, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, contempla a possibilidade de a Administração vedar a contratação de marca ou produto, quando, mediante processo administrativo, restar comprovado que os produtos adquiridos e utilizados anteriormente pela Administração não atendem a requisitos indispensáveis ao pleno adimplemento da obrigação contratual.

39. Não obstante, o inciso I do art. 41 da legislação licitatória possibilita a indicação de marcas e modelos, nos seguintes termos:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

40. **No caso concreto, a Administração descreve no Termo de Referência (1903713), no ITEM 4.11 a 1.11.2, que será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas a seguir:**

4.11.1 Como referência para melhor descrição e compreensão do objeto a ser licitado, e em conformidade com o previsto no art. 41, inciso I, alínea "c" da Lei 14.133/2021.

4.11.2 A adoção dessas referências não tem o propósito de restringir a competitividade, mas sim

de estabelecer um parâmetro técnico que assegure a adequação das peças às necessidades operacionais. Dessa forma, a licitação pode prever a aceitação de modelos equivalentes, desde que atendam aos requisitos técnicos mínimos exigidos e seja comprovada a compatibilidade com as especificações estabelecidas. Diante da justificativa apresentada, a indicação das marcas constantes a partir da página 161 até a 173 na coluna "Referência" do [Prójetos Básicos](#) como referência não tem o intuito de restringir a competitividade, mas sim de assegurar a qualidade, a segurança e a eficiência na contratação, atendendo ao interesse público e aos princípios da administração pública. Dessa forma, a licitação pode prever a aceitação de modelos equivalentes que atendam aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos, desde que comprovada a compatibilidade.

5.3. Do Desenvolvimento Nacional Sustentável: Critérios de Sustentabilidade

41. As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável. Assim, as ações da Administração devem ser especialmente voltadas para a redução do consumo e para a aquisição preferencial de produtos inseridos no conceito de economia circular ou que representem menor impacto ambiental, a exemplo dos produtos reciclados e/ou recicláveis (arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133, de 2021, c/c art. 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010).

42. No planejamento da contratação devem ser observados determinados pressupostos, entre eles a especificação do objeto de acordo com critérios de sustentabilidade, a existência de obrigações a serem cumpridas durante o fornecimento e o recolhimento dos produtos, bem como a incidência de normas especiais de comercialização ou de licenciamento de atividades, que são requisitos previstos na legislação de regência ou em leis especiais.

43. São aspectos indispensáveis do planejamento da contratação a abordagem econômica, social, ambiental e cultural das ações de sustentabilidade, cabendo à autoridade requisitante avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; indicar as dimensões dessa incidência e definir condições para sua aplicação.

44. Na escolha de produtos, nos termos do inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305, de 2010, deve-se priorizar produtos que podem gerar menos perdas, recicláveis, mais duráveis, com menos substâncias tóxicas ou prejudiciais à saúde, e que consomem menos recursos naturais na sua produção.

45. Registre-se que há possibilidade, mediante motivação administrativa constante do processo, de serem inseridos outros requisitos de sustentabilidade além dos previstos legalmente, desde que observados os demais princípios licitatórios.

46. Em síntese, no tocante à promoção do desenvolvimento nacional sustentável deverão ser tomados os seguintes cuidados gerais pelos gestores públicos em aquisições:

- a) definir os critérios sustentáveis objetivamente, e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial
- b) verificar se os critérios sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;
- e,
- c) verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

47. Cabe ao órgão assessorado a verificação técnica dos critérios de sustentabilidade aplicáveis aos bens a serem adquiridos e serviços a serem contratados. Se a Administração entender que a contratação não se sujeita aos critérios de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, deverá apresentar a devida justificativa.

48. O Termo de Referência (1903713) ao tratar sobre o critério de sustentabilidade, informa que:

(...)

4.10 Sustentabilidade

4.10.1 Os produtos deverão atender, no que couber, o disposto na Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Ex.: Nos termos do art. 7º, inciso XI, da Lei n.º 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deve priorizar, no que couber, a adoção de produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

4.10.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.10.3 As peças e componentes, quando aplicável, deverão ser fornecidas em embalagens que minimizem o impacto ambiental, preferencialmente recicladas, recicláveis ou reutilizáveis, e que permitam o correto descarte após o uso.

4.10.4 A Contratada deverá realizar seus processos de descarte de resíduos gerados durante o fornecimento (embalagens, etc.) de maneira que siga a legislação ambiental vigente.

(...)

5.4. Do Estudo Técnico Preliminar - ETP

49. O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

50. O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

Art. 18 (...)

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e rejeitos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

51. É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas.

52. Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2021, deve a Administração observar as regras constantes da no Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública municipal.

53. **No presente caso, a Equipe de Planejamento da Contratação elaborou o Estudo Técnico Preliminar (1614600). Referido documento é extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido. No presente processo verifica-se que contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

5.4.1. Da Descrição da Necessidade da Contratação

54. A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um ETP, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

55. Essa investigação inicial é expressamente demandada no art. 18, I e §1º, I da NLLC, já reproduzidos no presente parecer. Trata-se de etapa fundamental do processo, por meio da qual o problema colocado para a Administração pode vir a ser compreendido sob outra perspectiva e assim contribuir para que outras soluções se mostrem propícias a atender a demanda, quando se passar à fase de levantamento de mercado, tratada mais à frente. A clareza da necessidade administrativa é a base para possíveis inovações.

56. Também por meio dela é possível fazer uma reflexão para extrair quais os requisitos essenciais sem os quais a necessidade não seria atendida. Trata-se de requisitos da própria necessidade, portanto, e não de eventuais soluções a serem adotadas, até porque, nessa primeira etapa, ainda não se sabe quais as soluções disponíveis. Nesse sentido, o art. 18, §1º da Lei n. 14.133, de 2021, que estabelece os elementos do ETP, prevê os requisitos da contratação no seu inciso III, enquanto o levantamento de mercado (quando se buscam as soluções disponíveis) somente no inciso V.

57. Além disso, a descrição da necessidade de contratação deve conter manifestação acerca da essencialidade e interesse público, devendo, portanto, ser avaliado o interesse público também na perspectiva de haver impacto ambiental negativo decorrente da contratação e se há opções que atendam ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, considerando o ciclo de vida do objeto (artigo 11, I, Lei nº 14.133, de 2021).

58. Feito esse registro, é certo que não cabe ao órgão jurídico adentrar ao mérito (oportunidade e conveniência) das razões do Administrador, principalmente nesse contexto em que prevalece a tecnicidade do assunto. O papel do órgão jurídico é recomendar que essa reflexão sobre a necessidade administrativa seja efetivamente realizada, orientando o órgão assistido a registrá-la nos autos, caso não o tenha sido, ou então a aperfeiçoá-la, na hipótese de ela se revelar insuficiente ou desarrazoada.

59. **O órgão demandante, a despeito da tecnicidade do assunto, descreveu a necessidade de contratação, no Estudo Técnico Preliminar (1614600), no ITEM 1:**

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.2 Garantir a plena operacionalidade da frota de máquinas e implementos agrícolas da SEAGRI, possibilitando a execução de atividades essenciais como preparo de solo, distribuição de insumos, abertura e manutenção de estradas vicinais, construção de pequenos açudes e apoio logístico às comunidades rurais. A contratação objetiva assegurar continuidade dos serviços prestados, evitando paralisações por falta de peças e promovendo eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos.

(...)

5.4.2. Da Previsão no Plano de Contratações Anual

60. De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual.

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

61. É preciso compreender que o Plano de Contratações Anual (PCA) constitui instrumento de governança, no âmbito do Município de Marabá, o Decreto nº 383, de 28 de março de 2023, tratou sobre a implantação progressiva do PCA no Município, nos seguintes termos:

Art. 26. O Município implementará progressivamente o Plano de Contratações Anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

62. É certo que o PCA deve ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e deverá ser observado na realização de licitações e na execução dos contratos, conforme artigo 12, §º, da Lei nº 14.133, de 2021.

63. Convém lembrar que incumbe ao setor de contratações a verificação de que a demanda está contemplada no plano de contratações, conforme expressamente prevê o art. 18, §1º, inciso II.

64. **O órgão demandante atestou no ETP, no ITEM 10 que a contratação está alinhada aos planos de governança instituído pelo Plano de Contratações Anual.**

5.4.3. Da Definição do Objeto

65. Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

66. Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

67. De acordo com o art. 18, caput, da Lei n. 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

68. No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

69. Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

70. **O órgão demandante, a despeito da tecnicidade do assunto realizou a definição do objeto, conforme consta justificado no Estudo Técnico Preliminar.**

5.4.4. Dos Quantitativos Estimados

71. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

72. Nessa etapa, entretanto, a definição do aspecto quantitativo demanda pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades. Isso é especialmente importante de ser registrado nos autos por ser um ponto objetivo, de maior verificação e consequentes

questionamentos, que se tornam mais difíceis de responder à medida que o tempo transcorre, quando a memória e a documentação correspondente podem estar menos acessíveis.

73. Assim, deve-se evitar ao máximo estimativas genéricas, sem respaldo em elementos técnicos que evidenciem a exata correlação entre a quantidade estimada e a demanda.

74. Nesse sentido, o art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que o planejamento de compras considere a expectativa de consumo anual, devendo tal regra ser observada no caso concreto, admitindo-se o fornecimento contínuo, conforme inciso III do citado dispositivo.

75. Por fim, convém observar que a adoção de orçamento sigiloso não conduz ao sigilo dos quantitativos. Pelo contrário, permanece ampla a divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

76. Deve-se ressaltar que não compete a esta Procuradoria adentrar em questões técnicas, apenas apontar que o processo necessariamente contenha os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação e verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

77. **O órgão demandante, a despeito da tecnicidade do assunto, aparentemente demonstrou a legitimidade do quantitativo da futura contratação, conforme consta no ITEM 6, do Estudo Técnico Preliminar (1614600)**

5.4.5. Do Levantamento de Mercado

78. Uma vez identificada a necessidade administrativa e definido o objeto e quantidades, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução/contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

79. O art. 44 da Lei nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, I e 18, VIII, da mesma lei.

80. Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

81. **O órgão demandante, a despeito da tecnicidade do assunto, realizou o levantamento de mercado, conforme consta justificado no Estudo Técnico Preliminar, no ITEM 4.**

5.4.6. Do Parcelamento do Objeto da Contratação

82. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

V - atendimento aos princípios:

a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

(...)

Ocorre que o parcelamento deve ser adotado levando-se em consideração alguns critérios

objetivos, descritos no §2º do dispositivo citado:

Art. 40 (...)

(...)

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Por outro lado, há situações em que a lei expressamente restringe a possibilidade de parcelamento do objeto, conforme situações descritas no mesmo art. 40, em seu parágrafo terceiro:

Art. 40 (...)

(...)

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

83. Como critério conceitual, o artigo 87 do Código Civil preceitua:

Art. 87. Bens divisíveis são os que se podem fracionar sem alteração na sua substância, diminuição considerável de valor, ou prejuízo do uso a que se destinam.

84. Em vista disso, e de uma forma geral, as licitações em que o objeto é disposto em um item apenas, ou em que os vários objetos são dispostos em vários itens, com disputa e adjudicação independentes entre si, tendem a observar o princípio do parcelamento, desde que cada um dos objetos dos itens sejam considerados indivisíveis, o que deve ser esclarecido pelo órgão.

85. Por outro lado, a disposição de um objeto em tese indivisível em um mesmo item (como nos casos de aquisição com instalação, por exemplo), ou a agregação de itens em um grupo, pode caracterizar a não observância do referido princípio, demandando, necessariamente, justificativa por parte do órgão ou entidade.

86. Ainda nesse tocante, a agregação de itens em grupo para julgamento da proposta pelo menor preço global do grupo pode comprometer a seleção da proposta efetivamente mais vantajosa, caso seja possível a contratação de itens isolados e a não contratação de outros. Nesses casos, seria cabível aplicar em um pregão comum, por analogia, as regras dos §§1º e 2º do artigo 82, que disciplina o Sistema de Registro de Preços:

Art. 82. (...)

§ 1º O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

§ 2º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, observados os parâmetros estabelecidos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 desta Lei, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

87. **Nesta senda, consta no Estudo Técnico Preliminar (1614600), que a licitação será por MENOR PREÇO POR LOTE e ainda justifica:**

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

A solução será parcelada em **27 lotes** distintos, conforme detalhado na relação de itens anexa. Cada lote corresponde a um modelo específico de máquina da frota da Secretaria Municipal de Agricultura.

Esta estratégia de parcelamento é a mais vantajosa para a Administração Pública por diversas razões:

Ao dividir o objeto em lotes por modelo de máquina, permite-se que empresas especializadas em peças para determinadas marcas (ValtraValmet, Massey Ferguson, New Holland, Yanmar, LS, Mahindra, Yto, JCB etc.) participem da licitação em seus respectivos segmentos. Isso evita a

restrição da competição a um pequeno número de grandes fornecedores capazes de atender a todas as marcas e modelos, fomentando a participação de um maior número de licitantes.

Garante-se, assim, que as peças fornecidas para cada máquina/implemento sejam compatíveis e de alta qualidade, uma vez que os licitantes terão expertise e portfólio mais alinhados com o modelo específico de cada lote.

A adoção do critério de julgamento de menor preço por lote incentiva os fornecedores a apresentarem uma oferta mais competitiva para o pacote completo de peças daquele modelo de veículo. Isso pode levar a economias de escala para o fornecedor, que são repassadas à Administração, resultando em um valor mais atrativo por lote, mesmo que um item isolado não seja o mais barato do mercado.

A escolha de um único fornecedor por lote simplifica significativamente a gestão administrativa, logística e fiscalização do contrato. A Secretaria Municipal de Agricultura terá um ponto único de contato e responsabilidade para todo o conjunto de peças de cada modelo de veículo, otimizando os processos de pedido, recebimento, conferência e pagamento. Isso reduz a complexidade operacional e os riscos de falhas de comunicação ou coordenação que poderiam ocorrer com múltiplos fornecedores por peça.

Essa forma de parcelamento encontra amparo legal nos arts. 40, inciso V, alínea “b” e 47, §1º da Lei nº 14.133/2021, os quais preveem que a Administração deve parcelar o objeto sempre que for técnica e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade e assegurar a melhor contratação possível.

88. De qualquer forma, a decisão final envolve contornos técnicos e gerenciais específicos, a serem pormenorizados pelo órgão contratante, mediante justificativa baseada nos elementos legalmente definidos.

5.5. Do Termo de Referência

89. O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
 - b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
 - c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
 - d) requisitos da contratação;
 - e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
 - f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
 - g) critérios de medição e de pagamento;
 - h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
 - i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
 - j) adequação orçamentária;
- (...)

90. Especificamente em relação a compras, também devem ser observadas as exigências do art. 40, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

(...)

§ 1º O termo de referência deverá conter os elementos previstos no inciso XXIII do **caput** do art.

6º desta Lei, além das seguintes informações:

I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;

II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;

III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

(...)

91. Especificamente em relação aos serviços, também devem ser observadas as exigências do art. 47, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º (...)

Art. 48. Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

92. O Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023 dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, no âmbito da Administração Pública Municipal. A Administração deve cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

93. **O Termo de Referência (1903713) foi juntado aos autos e reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.**

94. **Ao final, o Termo de Referência dispõe que não há necessidade de classificação do TR nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.**

5.6. Das Condições de Execução e Pagamento, das Garantias Exigidas e Ofertadas e das Condições de Recebimento

95. O art. 18, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, exige que a fase de planejamento da contratação contemple as condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento, sendo certo que sua definição envolve algum juízo de conveniência e oportunidade a ser realizado pelo administrador.

96. **No caso concreto, a Administração tratou no Termo de Referência sobre as condições de execução, pagamento e garantias. E registra no ITEM 4.13 que não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.**

5.7. Do Orçamento Estimado e da Pesquisa de Preços

97. O orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores

praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

(...)

98. Além das regras legais, também devem ser observadas as normas do Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023, que estabelece o dever de materialização da pesquisa de preços em documento que contemple, no mínimo, as exigências do artigo 56 da referida norma:

Art. 56. A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

I - descrição do objeto a ser contratado;

II - identificação do(s) agente(s) responsável(is) pela pesquisa ou, se for o caso, da equipe de planejamento;

III - caracterização das fontes consultadas;

IV - série de preços coletados;

V - método estatístico aplicado para a definição do valor estimado;

VI - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inconsistentes, inexequíveis ou excessivamente elevados, se aplicável;

VII - memória de cálculo do valor estimado e documentos que lhe dão suporte; e

VIII - justificativa da escolha dos fornecedores, no caso da pesquisa direta de que dispõe o inciso IV do art. 58.

99. O referido Decreto, em seu artigo 58, define os parâmetros a serem utilizados na estimativa de custos, de forma bastante similar ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021. Acrescenta, no entanto, no §1º do artigo 58 que devem ser priorizados os parâmetros dos incisos I e II, painel para consulta de preços do PNCP e contratações similares, respectivamente, devendo ser apresentada justificativa nos autos em caso de impossibilidade de adoção destes.

100. Assim, o primeiro ponto a ser destacado é a necessidade jurídica dessa priorização, a ser justificada nos autos quando não observada.

101. Um segundo ponto refere-se ao limite temporal estabelecido para os parâmetros utilizados na pesquisa de preços, voltados a evitar que os valores pesquisados já estejam desatualizados, conforme descrito nos incisos do artigo 58 da Decreto Municipal nº 383, de 2023, cabendo repetir a pesquisa de preços sempre que ultrapassado o ali prazo previsto.

102. Por fim, impende ressaltar a previsão do art. 59, § 4º, do Decreto Municipal nº 383, de 2023, que deve ser observada pelo consulente no sentido de que "Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

103. **No caso em tela, verifica-se que as fontes das pesquisas de preços vêm discriminadas no Relatório de Pesquisa de Preços (1901256), oportunidade em que a secretaria demandante juntou nos autos as pesquisas preliminares de preços e utilizou como referências o Banco de Preços (1614835, 1614841), contratações similares na administração (1614824) e cotação com fornecedores (1615725).**

104. A estimativa do valor da contratação foi realizada em conformidade com o artigo 23 da Lei nº 14.133, de 2021 e com o Decreto Municipal nº 383, de 2023. Em uma análise prévia, verifica-se que a Administração utilizou uma cesta de preços composta por dados do Banco de Preços, contratações similares anteriores e cotações diretas com fornecedores. A utilização da mediana como método estatístico para a definição do valor de referência é adequada para mitigar a influência de valores extremos e refletir com maior precisão os preços de mercado, aparentemente demonstrados na Planilha de Orçamento Planilha Media (1802858).

105. Importa registrar que o processo licitatório nasce da unidade requisitante, pois é esta que possui a competência técnica para descrever a necessidade da contratação por meio do Estudo Técnico Preliminar (ETP). A definição do objeto, constitui atividade técnica, incumbindo ao órgão requisitante a delimitação das especificações e das condições de execução. Nesse contexto, a elaboração do orçamento estimado surge como uma obrigação indissociável do planejamento técnico. O inciso IV do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, deixa claro que o orçamento, acompanhado das composições de preços utilizadas para sua formação, integra a fase preparatória. Por ser o orçamento o reflexo financeiro das especificações técnicas definidas pelo setor interessado, não há como dissociar a responsabilidade pela sua apuração daquele que detém o conhecimento sobre o objeto a ser contratado.

106. O setor requisitante, ao realizar o levantamento de mercado previsto no § 1º, inciso V, do artigo 18, atua entre a necessidade administrativa e a realidade econômica do mercado, atividade que foge completamente ao escopo consultivo e de controle da assessoria jurídica.

5.8. Do Regime de Fornecimento

107. Os documentos de planejamento da contratação devem tratar do regime de fornecimento de bens, observados os potenciais de economia de escala, cujos impactos podem afetar a decisão sobre o parcelamento ou não do objeto, que será abordado mais adiante.

108. **No caso concreto, a Administração inseriu no procedimento a forma de fornecimento, que o objeto será parcelado, conforme consta o ITEM 11.6, do Termo de Referência (1903713).**

5.9. Da Modalidade, do Critério de Julgamento e do Modo de Disputa

109. Com base na exigência do art. 18, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 2021, é possível concluir que a fase de planejamento deve abordar as razões que conduzem a definição de elementos aptos a conduzir a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

110. Desse modo, com base na premissa de busca pela proposta mais vantajosa, deve o planejamento da contratação conter informações sobre: A modalidade de licitação, critério de julgamento, modo de disputa, e adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros.

111. **No caso concreto, a Administração inseriu no Termo de Referência (1903713) o procedimento das referidas exigências, nos ITENS 11.4, 11.7 e 11.8.**

5.10. Da Análise de Riscos

112. O art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

113. A Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

114. O ETP descreveu a necessidade, a solução escolhida (SRP) e a viabilidade da contratação, incluindo a análise das opções de fornecedores e a justificativa para a não continuidade.

115. **A Equipe de Planejamento identificou três riscos principais: (i) fornecimento de material incompatível com as especificações técnicas; (ii) fornecimento de material de baixa qualidade ou durabilidade; e (iii) atraso na entrega dos materiais. Para cada evento, foi atribuída**

uma probabilidade e um impacto, resultando em uma classificação de risco alto para atraso na entrega das peças essenciais, risco MÉDIO para fornecimento de peças fora das especificações técnicas e risco BAIXO, conforme verifica-se da Análise de Riscos (1614104).

5.11. Do Orçamento Sigiloso

116. A Administração pode optar pela realização de licitação com preservação das informações do orçamento estimado, o que se admite desde que justificadamente, conforme estabelece o art. 24, da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso:

117. De acordo com o art. 18, §1º, inciso VI, o ETP deve tratar da estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, caso a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.

118. Desse modo, o planejamento da contratação deve contemplar a análise de conveniência e oportunidade sobre a adoção ou não do orçamento sigiloso e ainda

119. No caso concreto, a instrução processual revela que o tema foi tratado expressamente, tendo a Administração divulgado o orçamento estimado e ainda revela no ITEM 3.1, da Minuta do Edital (1936062) que, o orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

6. Da Adequação Orçamentária

120. Conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias.

121. A existência de disponibilidade orçamentária com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal. Nesse ponto, convém citar o artigo 10, inciso IX, da Lei 8.429, de 1992, e o art. 105, da Lei nº 14.133, de 2021:

Lei nº 8.429, de 1992

Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (Redação dada pela Lei nº 14.230, de 2021)

(...)

IX - ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento;

(...)

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

122. Cabe também alertar para que, caso se trate de criação ou expansão de ação governamental que acarrete aumento da despesa, seja anexada a estimativa do impacto orçamentário no exercício e nos dois subsequentes, bem como a declaração sobre a adequação orçamentária e financeira para fazer face às despesas, em conformidade com as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

123. No caso concreto, a Administração juntou o Parecer Orçamentário nº 646/2026/SEPLAN - DEORC/SEPLAN-PMM (1786668) consignando as Dotações Orçamentárias - Exercício 2026, que custearão a despesa, a Declaração de Adequação Orçamentária (1788200) e o Saldo da Dotação Orçamentária (1613528).

7. Da Minuta de Edital

7.1. Da Adequação do Edital

124. O artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião

da elaboração da minuta de edital, bem como o art. 82 da mesma lei dispõe sobre as exigências que o edital de licitação para registro de preços deverá observar, vejamos:

Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre:

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;

b) em razão da forma e do local de acondicionamento;

c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;

d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

V - o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;

VI - as condições para alteração de preços registrados;

VII - o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;

VIII - a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

IX - as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

125. As disposições do Decreto Municipal nº 405, de 5 de outubro de 2023, também devem ser observadas.

126. **A Minuta de Edital (1936062) foi juntada aos autos, contendo os seguintes itens:** OBJETO (item 1); do REGISTRO DE PREÇOS (item 2); do ORÇAMENTO ESTIMADO (item 3); da PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO (item 4); a IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO (item 5); da APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (item 6); do PREENCHIMENTO DA PROPOSTA (item 7); a ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES (item 8); a FASE DE JULGAMENTO (item 9); a FASE DE HABILITAÇÃO (item 10); os RECURSOS (item 11); a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item 12); a FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA (item 13); o TERMO DE CONTRATO (item 14); as INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES (item 15); as DISPOSIÇÕES GERAIS (item 16), onde se encontra o FORO no item 16.12.

127. Observo que a vigência da contratação se encontra prevista no item 14.5 da Minuta do Edital, estabelecida no 1.11 do Termo de Referência, Anexo I do Edital, e no item 2 do Anexo IV – MINUTA DE CONTRATO, que é parte integrante do Edital. E a vigência da ARP se encontra prevista no item 12.8 do Edital, e no item 5.1 da Minuta da Ata de Registro de Preços.

128. Integram o Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Especificação do Objeto – Relação de Itens

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato

ANEXO V – Declaração de Adesão ao Cadastro de Reserva

ANEXO VI - Modelos

129. A Minuta reúne cláusulas e condições essenciais exigidas para o instrumento da espécie.

7.2. Da Participação de ME, EPP e Cooperativas

130. Nos termos do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, foi previsto tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno nas contratações públicas de bens, serviços e obras, sendo certo que o entendimento aqui apresentado é aplicável também a cooperativas equiparadas.

131. **No ITEM 4.6, da Minuta do Edital, prevê o tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.**

7.2. Da Cota Reservada

132. Conforme previsão do art. 48, inciso III, da Lei Complementar 123, de 2006, e do inciso II do art. 31 da Lei Complementar Municipal nº 13, de 14 de junho de 2021, na aquisição de bem de natureza divisível, quando os itens ou lotes de licitação possuírem valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), deverá ser reservada cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

133. Em relação às cotas exclusivas, identificam-se alguns requisitos que condicionam seu uso:

134. Em primeiro, a adoção da cota de 25% apenas será aplicável em certames para aquisição de bens, não sendo admitida tal restrição competitiva em licitações para contratação de serviços ou obras; e

135. Em segundo, esses bens devem possuir natureza divisível. Esta divisibilidade está relacionada ao item, e não à pretensão contratual como um todo. Assim, a cota exclusiva apenas pode ser utilizada caso fosse possível a cisão do item, sem prejuízo à licitação.

136. A aplicação de cota destinada a microempresas e empresas de pequeno porte em licitações, na aplicação das cotas reservadas de até 25%, o montante destinado à contratação dessas empresas pode ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), já que o dispositivo legal não determina um valor máximo (inciso III do artigo 48 da Lei Complementar nº 123/06), assim como o faz nas licitações destinadas exclusivamente a microempresas e empresas de pequeno porte (inciso I).

137. O art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Também fica dispensada a aplicação de cotas quando se tratar de contratação de serviços, nos termos do artigo 48, III da LC 147/2014.

7.3. Das Previsões da Lei nº 14.133, de 2021, sobre Tratamento Diferenciado a ME e EPP

138. Inicialmente, convém registrar que a Lei nº 14.133, de 2021, inovou ao tratar do tratamento diferenciado a ser conferido a ME, EPP e Cooperativas equiparadas. Por elucidativo, segue transcrição do art. 4º da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

Art. 4º Aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 1º As disposições a que se refere o caput deste artigo não são aplicadas:

I - no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

II - no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

§ 2º A obtenção de benefícios a que se refere o caput deste artigo fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o órgão ou entidade exigir do licitante declaração de observância desse limite na licitação.

§ 3º Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.

139. Desse modo, para além da observância às regras dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, é preciso estar claro que o tratamento diferenciado de que tratam tais normas não serão

aplicados em relação a licitações que envolvam: a) item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte; e b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, quando o valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

140. Adicionalmente, devem ser observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 3º, acima transcritos, que tratam dos critérios para aferição dos limites de valor estabelecidos no § 1º.

141. **Verifica-se do Termo de Referência, Anexo I da Minuta de Edital, a vedação para cooperativas e consórcios, com a seguinte justificativa:**

PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será:

() PERMITIDA a participação de consórcios.

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa:**

A vedação se justifica pela natureza do objeto (aquisição de peças e componentes), que não demanda a complexidade ou o vulto que justifique a formação de consórcio, podendo a participação de empresas individuais atender plenamente à demanda, garantindo maior competitividade e agilidade no processo de contratação e execução.

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será:

() PERMITIDA a participação de cooperativas.

(X) VEDADA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa:**

A aquisição de peças e componentes é um fornecimento direto de bens, não envolvendo prestação de serviços com regime de subordinação ou intermediação de mão de obra que justifique a participação de cooperativas. O objeto demanda o fornecimento de materiais com especificações técnicas precisas e garantia de procedência, características mais aderentes a empresas comerciais ou industriais.

7.4. Das Margens de Preferência

142. De acordo com a Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá estabelecer margens de preferência, conforme premissas indicadas em seu art. 26:

Art. 26. No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para:

I - bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;

II - bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

§ 1º A margem de preferência de que trata o caput deste artigo:

I - será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso do inciso I do caput deste artigo;

II - poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem no disposto nos incisos I ou II do caput deste artigo;

III - poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

§ 2º Para os bens manufaturados nacionais e serviços nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica no País, definidos conforme regulamento do Poder Executivo federal, a margem de preferência a que se refere o caput deste artigo poderá ser de até 20% (vinte por cento).

143. Convém observar que o art. 27 estabelece a obrigatoriedade de divulgação, em sítio eletrônico oficial, a cada exercício financeiro, da relação de empresas favorecidas em decorrência da aplicação de margens de preferência, com indicação do volume de recursos destinados a cada uma delas.

144. **No caso concreto a Administração registra no item 11.5 do Termo de Referência, Anexo I da minuta de edital, que não será aplicada a margem de preferência na presente licitação, prevista no art. 26, da Lei nº 14.133, de 2021, vez que o Município ainda não regulamentou a matéria.**

7.5. Objetividade das Exigências de Qualificação Técnica

145. Enquanto a habilitação profissional procura investigar se o licitante tem experiência anterior

na execução de parcela relevante do objeto, a habilitação operacional visa verificar se o licitante reúne condições de executar o objeto na dimensão que ele (o objeto) possui.

146. A exigência de qualificação técnica-profissional é mais comum em obras e serviços de engenharia, mas não é vedada nos demais objetos. Caso se entenda indispensável à garantia do adimplemento das obrigações (conforme art. 37, XXI, da Constituição Federal), então será necessário especificar de forma clara e expressa de qual parcela do objeto será exigida comprovação de experiência anterior, e por meio de qual profissional(is), para permitir o julgamento objetivo quanto ao atendimento da exigência na fase de habilitação do certame. O requisito legal a ser observado é que esta parcela claramente especificada represente ao menos 4% do valor estimado da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei nº 14.133, de 2021.

147. Já a comprovação da qualificação técnica-operacional costuma ser exigida na generalidade dos casos, e afere a capacidade de gestão do licitante de executar o objeto licitatório, até o limite de 50% do quantitativo previsto, conforme art. 67, §2º da Lei nº 14.133, de 2021.

148. **No tocante à qualificação técnica, o Edital e o Termo de Referência estabelecem as referidas exigências nos itens 11.37 a 11.41.**

149. **Por tratar-se de matéria eminentemente técnica, o órgão de assessoramento jurídico não dispõe de conhecimento especializado para atestar o cumprimento de cada previsão. Cumpre-nos registrá-las genericamente para que o setor técnico do órgão realize tal avaliação de forma conclusiva.**

7.6. Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista

150. A comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista é um requisito de habilitação de observância cogente no processo licitatório, conforme estabelece o artigo 68 da Lei nº 14.133, de 2021, que visa assegurar que o licitante esteja em plena conformidade com suas obrigações tributárias e sociais, evitando a contratação de empresas que gerem passivo fiscal ou social ao longo da execução. O Termo de Referência detalha as certidões necessárias para essa comprovação, demonstrando a amplitude da varredura exigida pela Administração Municipal, que ultrapassa a mera consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e exige documentação complementar para garantir o cumprimento integral de todas as obrigações.

151. Especificamente, são exigidas provas de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da Certidão Conjunta da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange inclusive os créditos tributários federais e a dívida ativa da União (DAU) relativos à Seguridade Social. Complementarmente, são requeridas provas de inscrição e de regularidade de débitos junto ao cadastro de contribuintes e à Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor. No que tange às obrigações sociais e trabalhistas, o Edital exige a Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Essa lista de documentos, que deve ser mantida durante toda a execução contratual, é fundamental para o cumprimento do dever de fiscalização da Administração, conforme reforçado na CLÁUSULA NONA (item 9.5), da Minuta do Contrato, que condiciona a liquidação da despesa à verificação da regularidade da contratada. O rigor na exigência fiscal não apenas atende à legalidade, mas também promove a proteção do Erário municipal contra a responsabilidade subsidiária da Administração em casos de inadimplemento das obrigações sociais do contratado, constituindo um mecanismo prudente de gestão e controle, conforme prevê a Nova Lei de Licitações.

7.7. Cláusula com Índice de Reajustamento de Preços

152. O art. 25, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, estabelece que, independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão no edital de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

153. **No caso concreto, o regime de reajuste, pormenorizado na CLÁUSULA SÉTIMA da minuta do Contrato que declara as regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no item 10.22 do Termo de Referência e no ITEM 14 da Minuta do Edital, oportunidade em que declaram que preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/04/2026. Ainda descreve que após o interregno de**

um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8. Da Minuta da Ata de Registro de Preço

154. A Ata de Registro de Preços é documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no edital da licitação, no aviso ou instrumento de contratação direta e nas propostas apresentadas;

155. A Minuta da Ata de Registro de Preço foi juntada aos autos como ANEXO III do Edital e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie, consta do documento: OBJETO (CLÁUSULA PRIMEIRA); a RELAÇÃO DOS FORNECEDORES BENEFICIÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS (CLÁUSULA SEGUNDA); do ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S) (CLÁUSULA TERCEIRA); a ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CLÁUSULA QUARTA); a VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO DE RESERVA (CLÁUSULA QUINTA); a ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS (CLÁUSULA SEXTA); a NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS (CLÁUSULA SÉTIMA); REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CLÁUSULA OITAVA); o CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS (CLÁUSULA NONA); as PENALIDADES (CLÁUSULA DÉCIMA) e as CONDIÇÕES GERAIS (CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA).

9. Da Minuta de Termo de Contrato

156. O artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, vejamos:

Art. 92. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta;

III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos;

IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento;

VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso;

VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

IX - a matriz de risco, quando for o caso;

X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso;

XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento;

XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso;

XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;

XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;

XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;

XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento;

XIX - os casos de extinção.

157. A Minuta de Contrato foi juntada aos autos como ANEXO IV do Edital (1936062), com as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (ART. 92, I E II); CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA; CLÁUSULA TERCEIRA – DO MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL; CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO; CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO; CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO; CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE; CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE; CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO; CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO; CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS; CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL; CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA; CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS; CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES; CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO; e CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- FORO. **Recomenda-se a RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DA MINUTA DO CONTRATO para limitar a contratação ao artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, com exclusão dos ITENS 13.2., 13.3. e 13.4. para adequação ao contido no ITEM 1.1. do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.**

158. A Minuta de Contrato reúne as cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie pelo artigo 92 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. Da Lei Geral de Proteção de Dados

159. **Por fim, em observância à Lei nº 13.709, de 2008 (LGPD), registramos que na minuta do contrato administrativo e da ata de registro de preços não constam os números de documentos pessoais dos representantes da Administração e da empresa contratada que irão assiná-los. Constando nos referidos instrumentos apenas a matrícula funcional dos representantes da Administração, e da empresa contratada reporta-se aos dados do ato constitutivo da empresa, para fins de identificação, nos termos do §1º do artigo 89 da Lei nº 14.133, de 2021, que exige apenas esse dado.**

11. Da Designação de Agentes Públicos

Os arts. 7º e 8º da Lei nº 14.133, de 2021, tratam da designação dos agentes públicos para desempenho das funções essenciais à execução da lei, conforme se extrai das normas abaixo transcritas:

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

II - tenham atribuições relacionadas a licitações e contratos ou possuam formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público; e

III - não sejam cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração nem tenham com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.

§ 1º A autoridade referida no **caput** deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

§ 2º O disposto no **caput** e no § 1º deste artigo, inclusive os requisitos estabelecidos, também se aplica aos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao

procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação.

§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

§ 3º As regras relativas à atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, ao funcionamento da comissão de contratação e à atuação de fiscais e gestores de contratos de que trata esta Lei serão estabelecidas em regulamento, e deverá ser prevista a possibilidade de eles contarem com o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno para o desempenho das funções essenciais à execução do disposto nesta Lei.

§ 4º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais cujo objeto não seja rotineiramente contratado pela Administração, poderá ser contratado, por prazo determinado, serviço de empresa ou de profissional especializado para assessorar os agentes públicos responsáveis pela condução da licitação.

§ 5º Em licitação na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será designado pregoeiro.

160. As regras do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021, também apresentam algumas limitações a serem observadas no caso concreto:

Art. 9º (...)

§ 1º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

§ 2º As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

161. O Decreto Municipal nº 383, de 28 de março de 2023, por sua vez, trata das regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, bem como sobre o funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos.

162. Não há dúvidas que o planejamento da contratação deve contemplar todas as regras previstas no referido Decreto. Por conta de sua relevância, convém registrar que o artigo 12 do Decreto nº 11.246, de 2022, tratou de forma mais aprofundada sobre o princípio da segregação de funções, que já estava previsto no artigo 5º e 7º, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021, sendo certo que o administrador deve cuidar para que tais normas sejam observadas ao longo da fase interna e externa da licitação.

Lei nº 14.133, de 2021

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da proibição administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)

(...)

Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os seguintes requisitos:

(...)

§ 1º A autoridade referida no caput deste artigo deverá observar o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.

(grifou-se)

Decreto nº 383, de 2023

Art. 22. O princípio da segregação das funções veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na contratação.

Parágrafo único. A aplicação do princípio da segregação de funções de que trata o caput:

I - será avaliada na situação fática processual; e

II - poderá ser ajustada, no caso concreto, em razão:

a) da consolidação das linhas de defesa; e

b) de características do caso concreto tais como o valor e a complexidade do objeto da contratação.

163. **Com essa finalidade, consta dos autos a Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação (1613615), Certidão - Princípio da Segregação das Funções (1613934), Despacho Designação Gestor Contrato (1613945), Despacho Designação Fiscal Contrato (1613961), e a Portaria de Constituição da Coordenação de Licitações da Prefeitura de Marabá - CPL/PMM (1840591).**

164. **No momento oportuno, no início da fase externa, atente-se à juntada aos autos do ato de designação do agente responsável pelo certame que é de competência do Coordenador de Licitação.**

12. Publicidade do Edital e do Termo do Contrato

165. **Destacamos ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme determinam os artigo 54, caput e §1º, e artigo 94 da Lei nº 14.133, de 2021.**

166. **Recomenda-se ainda, a publicação dos extratos necessários de divulgação do procedimento, na Imprensa Oficial (pertinente), no Portal dos Jurisdicionados (Mural de Licitações) do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, e no Portal da Transparência do Município de Marabá, em alinhamento ao §2º do art. 54 da Lei de Licitações, em observância aos princípios constitucionais da transparência, publicidade e da eficiência.**

167. **Destacamos também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021.**

4. DA CONCLUSÃO

168. Ante todo o exposto, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência, OPINO de forma FAVORÁVEL pelo prosseguimento do presente processo, desde que cumpridas as seguintes recomendações:

a) **RETIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SEGUNDA DA MINUTA DO CONTRATO para limitar a contratação ao artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, com exclusão dos ITENS 13.2., 13.3. e 13.4. para adequação ao contido no ITEM 1.1. do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;**

b) **Conferência de todos os itens constantes na pesquisa de preço, pelo setor responsável;**

c) **Juntada de Portaria do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio;**

d) **Observância à Lei nº 13.709, de 2008 (LGPD);**

e) **Divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas;**

f) **Publicação dos extratos necessários de divulgação do procedimento, na Imprensa Oficial (pertinente), no Portal dos Jurisdicionados (Mural de Licitações) do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – TCM/PA, e no Portal da Transparência do Município de Marabá.**

169. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu

afastamento, de forma motivada, e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, **será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta unidade jurídica.**

170. É o Parecer.
171. À consideração do Procurador-Geral do Município.
172. Marabá-PA, 19 de maio de 2026.

Josiane Kraus Mattei
Procuradora do Município de Marabá
Portaria nº 870/2004-GP
OAB/PA 10.206



Documento assinado eletronicamente por **Josiane Kraus Mattei, Procuradora do Município**, em 19/05/2026, às 15:49, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, II, § 1º, do [Decreto nº 397, de 2 de agosto de 2023 a partir de agosto de 2023](#).

Nº de Série do Certificado: 7287144193695270123



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.maraba.pa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1918718** e o código CRC **75707788**.

Folha 31, Paço Municipal - Bairro Nova Marabá - Marabá/PA - CEP 68508-970
progem@maraba.pa.gov.br, 3322-4666 - Site - maraba.pa.gov.br

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 050505212.000175/2026-57

SEI nº 1918718